

Ceran -
Companhia
Energética Rio das
Antas

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes
Av. Prof. Othon Gama D'êça, 677 -
Salas 603, 604 e 605 - Centro - Ed. The Office
88015-240 - Florianópolis/SC - Brasil
Caixa Postal 1420
88010-970 - Florianópolis/SC - Brasil
Telefone +55 (48) 3205-5300, Fax +55 (48) 3205-5301
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Acionistas da
Companhia Energética Rio das Antas
Florianópolis - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética Rio das Antas ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética Rio das Antas em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Divulgações de transações com partes relacionadas – venda de energia elétrica

(Consulte a nota explicativa 8 às demonstrações financeiras)

Em função dos contratos de venda de energia elétrica serem celebrados com partes relacionadas, prática essa comum nesse mercado, as operações com essas empresas relacionadas podem ser realizadas em condições e termos diferentes desse mercado, especificamente quanto a preços praticados e quanto a quantidade de energia. As divulgações de que as transações com partes relacionadas foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes são feitas apenas se esses termos puderem ser efetivamente comprovados. Devido a esse fato, bem como à relevância dos valores envolvidos, consideramos a divulgação de transações com partes relacionadas um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia para divulgação das operações com partes relacionadas. Obtivemos a composição analítica das operações de venda de energia elétrica e confrontamos, com base em amostragem, as informações constantes nos contratos de venda de energia elétrica e faturas emitidas com os saldos registrados na contabilidade. Avaliamos se os preços de energia elétrica praticados com partes relacionadas estão de acordo com as condições de mercado comparando os referidos preços de energia elétrica praticados nos contratos com partes relacionadas no ambiente de contratação livre (ACL) com preços de energia elétrica praticados em contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEAR). Analisamos, também, a adequação das divulgações das transações com partes relacionadas incluídas na nota explicativa nº 8.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a divulgação das transações com partes relacionadas é aceitável no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. No decorrer da nossa auditoria não identificamos ajustes que tenham afetado a divulgação das transações com partes relacionadas.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 apresentado para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiam relatório datado em 17 de janeiro de 2017, sem modificações.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração



de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.



Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Florianópolis, 24 de janeiro de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8

Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1

Companhia Energética Rio das Antas

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	31.12.2017	31.12.2016	Passivo	Notas	31.12.2017	31.12.2016
Caixa e equivalentes de caixa	5	37.043	238.241	Fornecedores	12	8.397	9.632
Aplicações financeiras vinculadas	5	24.066	-	Empréstimos e financiamentos	13	-	60.162
Contas a receber de concessionárias	6	32.157	31.655	Debêntures	14	105.844	-
Impostos e contribuições a recuperar	7	9.566	6.271	Salários, provisões e contribuições sociais		686	400
Despesas pagas antecipadamente	9	7.656	7.709	Uso do bem público (UBP)	15	10.965	10.857
Outros créditos		78	4.662	Impostos e contribuições a recolher	16	42.080	5.038
Total do ativo circulante		110.566	288.538	Encargos setoriais		3.546	9.349
Aplicações financeiras vinculadas	5	2.060	32.740	Dividendos propostos	18b	27.106	26.207
Despesas pagas antecipadamente	9	10.852	18.086	Total do passivo circulante		198.624	121.645
Impostos a recuperar	7	2.808	2.808	Empréstimos e financiamentos	13	-	254.732
Outros créditos		6.177	-	Debêntures	14	422.166	-
Imobilizado	10	799.986	846.265	Uso do bem público (UBP)	15	83.766	86.623
Intangível	11	26.562	28.049	Encargos setoriais		8.651	-
Total do ativo não circulante		848.445	927.948	Total do passivo não circulante		514.583	341.355
Total do ativo		959.011	1.216.486	Patrimônio Líquido	18a		
				Capital social		120.000	470.875
				Reservas de lucros		125.804	282.611
				Total do patrimônio líquido		245.804	753.486
				Total do passivo e patrimônio líquido		959.011	1.216.486

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética Rio das Antas

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Notas	31.12.2017	31.12.2016
Receita operacional líquida	19	315.319	292.072
Custo dos serviços de energia elétrica	20	<u>(140.397)</u>	<u>(101.140)</u>
Resultado bruto		174.922	190.932
Despesas operacionais			
Pessoal		-	(2.177)
Material		(9)	(76)
Serviços de terceiros		(296)	(625)
Outros		(187)	(53)
Amortização do intangível		<u>(1.571)</u>	<u>(2.147)</u>
		<u>(2.063)</u>	<u>(5.078)</u>
Resultado antes do resultado financeiro		172.859	185.854
Resultado financeiro	21		
Despesas financeiras		(44.831)	(48.696)
Receitas financeiras		<u>34.497</u>	<u>28.783</u>
		<u>(10.334)</u>	<u>(19.913)</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		162.525	165.941
Imposto de renda e contribuição social - corrente	22	(54.099)	(53.140)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	22	<u>-</u>	<u>(2.456)</u>
Resultado do exercício		<u><u>108.426</u></u>	<u><u>110.345</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética Rio das Antas

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	31.12.2017	31.12.2016
Resultado do exercício	108.426	110.345
Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>108.426</u>	<u>110.345</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética Rio das Antas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
			Legal	Retenção	A destinar		
Saldos em 31 de dezembro de 2015		470.875	23.380	601	174.492	-	669.348
Resultado do exercício		-	-	-	-	110.345	110.345
Destinações:							
Reserva legal		-	5.517	-	-	(5.517)	-
Dividendos propostos		-	-	-	-	(26.207)	(26.207)
Lucros à disposição da assembleia		-	-	-	78.621	(78.621)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016		<u>470.875</u>	<u>28.897</u>	<u>601</u>	<u>253.113</u>	<u>-</u>	<u>753.486</u>
Redução de capital	18a	(350.875)	-	-	-	-	(350.875)
Redução de reserva de lucros e retenção	18b	-	-	(601)	(237.526)	-	(238.127)
Redução de reserva legal	18	-	(4.897)	-	4.897	-	-
Resultado do exercício		-	-	-	-	108.426	108.426
Destinações:							
Dividendos propostos		-	-	-	-	(27.106)	(27.106)
Lucros à disposição da assembleia		-	-	-	81.320	(81.320)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		<u>120.000</u>	<u>24.000</u>	<u>-</u>	<u>101.804</u>	<u>-</u>	<u>245.804</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética Rio das Antas

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	31.12.2017	31.12.2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	162.525	165.941
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	47.691	50.197
Juros e variação monetária com empréstimos, financiamentos e debêntures	30.983	43.372
Juros e variação monetária com UBP	8.048	-
Despesas pagas anteriormente apropriadas	7.234	-
Atualização de Selic de PeD	499	-
Baixa de ativo imobilizado	2.100	318
	259.080	259.828
Redução (aumento) nos ativos e passivos:		
Contas a receber de partes relacionadas	(502)	(8.461)
Despesas pagas antecipadamente	53	-
Impostos e contribuições sociais a recolher e a recuperar	(3.295)	32.061
Outras contas a receber	(1.593)	(4.414)
Fornecedores	(1.235)	(19.744)
Uso do Bem Público - UBP	-	(10.050)
Outras contas a pagar	2.635	1.246
Impostos e encargos sociais	(3.458)	882
Caixa gerado pelas operações	251.685	251.348
Juros pagos por empréstimos	(42.696)	(35.064)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(13.599)	(50.654)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	195.390	165.630
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(2.025)	(360)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(2.025)	(360)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de dividendos mínimos obrigatórios	(26.207)	(17.636)
Pagamento de lucros de exercícios anteriores	(238.127)	-
Redução de capital	(350.875)	-
Pagamento de empréstimos	(302.879)	(59.624)
Aplicações financeiras vinculadas	6.614	-
Pagamento de UBP	(10.797)	-
Captação de debêntures	530.000	-
Pagamento de custos de captação	(2.292)	-
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	-	(4.614)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(394.563)	(81.874)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(201.198)	83.396
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	238.241	154.845
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	37.043	238.241

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

a. A companhia

A CERAN - Companhia Energética Rio das Antas ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, de direito privado, constituída em 11 de janeiro de 2001, que tem por objeto a implantação e exploração dos aproveitamentos hidrelétricos nas usinas Monte Claro, Castro Alves e 14 de Julho ("Usinas") e a exploração de atividades correlatas e auxiliares à implantação e exploração desses aproveitamentos e respectivas instalações, observadas as normas regulamentares aplicáveis.

A Companhia detém a concessão para exploração do potencial energético das Usinas até 15 de março de 2036, podendo ser prorrogada por mais 35 anos, conforme Contrato de Concessão nº 8, de 15 de março de 2001, outorgado pela União, através da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

As Usinas localizam-se nos municípios de Bento Gonçalves, Cotiporã, Veranópolis, Nova Pádua, Nova Roma do Sul, Antônio Prado, Pinto Bandeira e Flores da Cunha, todos no Rio Grande do Sul, com uma potência instalada total de 360MW.

Do total investido na implantação das Usinas, 35% foi financiado com recursos dos acionistas e 65% com recursos do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e de seus agentes financeiros.

A Usina Hidrelétrica ("UHE") Monte Claro iniciou a operação comercial de fornecimento de energia em 29 de dezembro de 2004 com a primeira unidade geradora e em 29 de novembro de 2006 com a segunda unidade geradora. A UHE Castro Alves iniciou a operação comercial em 04 de março de 2008 com a primeira unidade geradora, em 02 de abril de 2008 com a segunda unidade geradora e em 06 de junho de 2008 com a terceira unidade geradora. A UHE 14 de Julho iniciou a operação comercial em 25 de dezembro de 2008 com a primeira unidade geradora e em 12 de março de 2009 com a segunda unidade geradora. A energia assegurada da UHE Monte Claro é de 59 MWh, da UHE Castro Alves é de 64 MWh e da UHE 14 de Julho é de 50 MWh.

No decorrer de 2002 e de 2003 foram firmados contratos de fornecimento de energia elétrica (PPAs) com a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT e com empresas do grupo CPFL. O contrato com a CEEE-GT encerrou em 07/07/2015 e esta energia foi contratada com terceiros no ambiente de regulação livre (CCEALs - Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre) em 2015. Em 2005, parte da energia assegurada das Usinas foi vendida em Leilão para fornecimento a partir de janeiro de 2010, por meio de contratos CCEARs (Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado). Os contratos PPAs, CCEARs e CCEALs garantem a colocação no mercado da totalidade da energia assegurada das usinas integrantes do Complexo Energético Rio das Antas ("Complexo Ceran"). Os contratos com as empresas do Grupo CPFL terminam entre 2027 e 2036 e os CCEARs terminam em 2036. Tais contratos encontram-se devidamente

homologados/registrados pela ANEEL e CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, segundo normativos vigentes para o Setor Elétrico Brasileiro.

Em 8 de dezembro de 2003 o BNDES, mediante a Decisão de Diretoria nº. Dir. 794/2003- BNDES, aprovou a concessão de financiamento para as obras do Complexo Ceran, mediante repasse dos seus agentes financeiros, Banco do Brasil S.A., Banco Regional de desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Banrisul e Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS. A liberação dos recursos iniciou-se em fevereiro de 2004. No mês de junho de 2007 foram assinados contratos de financiamento em suplementação ao financiamento existente para as usinas Castro Alves e 14 de Julho e a primeira liberação desta suplementação ocorreu em 24 de julho de 2007. O financiamento foi liquidado entre os dias 20 e 21 de dezembro de 2017.

Contrato de concessão

O Contrato de Concessão, assinado em 15 de março de 2001, determina que a energia elétrica produzida no empreendimento seja utilizada ou comercializada pela Companhia, com vigência por prazo de 35 anos contados a partir dessa data. O Contrato de Concessão determina que seja pago, a título de uso do bem público - UBP (concessão onerosa), do 7º ao 35º ano de concessão, o valor anual original na data do contrato de R\$ 3.200, o qual são atualizados anualmente pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M e reconhecidos a valor presente. Os valores vêm sendo pagos mensalmente, desde abril de 2007.

b. Capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2017, em função da liquidação antecipada dos empréstimos e financiamentos do BNDES (nota explicativa nº 13), captação de debêntures (nota explicativa nº 14), pagamentos de lucros de exercícios anteriores e redução de capital social (nota explicativa nº 18), a Companhia apresenta passivo circulante em excesso ao ativo circulante no montante de R\$ 88.058. Como demonstrado na demonstração de fluxo de caixa do exercício de 2017, o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais foi de R\$195.390, dessa forma, conforme estimativas da Administração, essa situação será solucionada normalmente através da geração futura de caixa.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade com relação às normas do CPC

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 24 de janeiro de 2018.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais. A moeda funcional da Companhia é o Real.

3 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais são consistentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

a. Impacto de Moeda estrangeira

A Companhia possuía parte dos financiamentos atualizados monetariamente pela cesta de moedas do BNDES (“UMBNDDES”), que é calculada com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos. A composição da cesta de moedas considera a variação do dólar e em 31 de dezembro de 2016, estava representada em 99,396% por dólares americanos (99,327% em 31 de dezembro de 2015). Os ganhos e as perdas de variações na cesta de moedas foram reconhecidos na demonstração de resultados. Conforme descrito na nota explicativa nº 13 o contrato foi liquidado entre os dias 20 e 21 de dezembro de 2017.

b. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece ou baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Conforme descrito na nota explicativa nº 23, certas aplicações financeiras foram dadas em garantia, perante os contratos de empréstimos e financiamentos com o BNDES e de operações CCG/ONS, estando, dessa forma, sujeitas a restrições para resgate e, portanto, classificadas como ativo não circulante.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem o caixa e equivalente de caixa, as contas a receber de concessionárias e demais contas a receber.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, com risco insignificante de mudança de valor.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos, uso do bem público, dividendos, encargos setoriais, debêntures, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não celebrou e não tem como política celebrar contratos de instrumentos financeiros derivativos.

c. Contas a receber de concessionárias

As contas a receber de concessionárias correspondem aos valores a receber pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Nos valores a receber não estão inclusos encargos ou efeitos inflacionários, somente o preço acordado pela energia vendida.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não espera perda sobre os recebíveis de concessionárias.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas,

quando houver.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas ou despesas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor histórico, que é o custo de aquisição de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear pelo prazo da concessão ou vida útil, dos dois o menor.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Reservatórios, barragens e adutoras	35 anos
Terrenos	35 anos
Edificações, obras civis e benfeitorias	35 anos
Máquinas e equipamentos	30 a 35 anos
Veículos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos

e. Intangível

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões é a contraprestação de pagamentos para a União a título de uso do bem público - UBP. O registro desta obrigação teve como contrapartida a conta do ativo intangível. O prazo de amortização será do 7º ao 35º ano de concessão.

f. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros incluindo recebíveis

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia

sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia não identificou nenhum ativo financeiro para o qual devesse reconhecer provisão para redução ao valor recuperável.

(ii) Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de Ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade operadora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

A Companhia não identificou nenhum indício de perda por redução ao valor recuperável para o qual devesse reconhecer uma provisão.

g. Fornecedores

Fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as obrigações são apresentadas como passivo não circulante.

h. Empréstimos, financiamentos e debêntures

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos, financiamentos e debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

São classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

i. Uso do Bem Público (UBP)

São os valores contratados relativos ao direito do uso de bem público para exploração do potencial de energia hidráulica, decorrentes de contratos de concessão onerosa com a União, demonstrados ao custo amortizado e atualizados pelas taxas de juros ou índices contratuais incorridos até a data do balanço, ajustados a valor presente, com base em uma taxa de desconto aprovada pela diretoria da Companhia.

j. Encargos setoriais

Estão contabilizados como custos dos serviços de energia elétrica, e são apurados pelo regime de competência.

(i) Programa de pesquisa e desenvolvimento tecnológico - P&D

Em conformidade com a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, o art. 24 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e o art. 12 da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, as empresas autorizadas à produção independente de energia elétrica, dentre outras, devem aplicar, anualmente, o percentual de 1% de sua receita operacional líquida no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica - Programa de P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

(ii) Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos

A compensação financeira, instituída pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 20, § 1º, e regulamentada pela Lei nº 7.990/1989, corresponde à indenização aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, pelo resultado da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica. A Resolução ANEEL nº 67, de 22 de fevereiro de 2001 determina que o valor a ser recolhido mensalmente corresponda a 6,75% da energia produzida no mês multiplicada pela Tarifa Atualizada de Referência (TAR), fixada pela ANEEL, a ser paga pelos concessionários de serviço de energia elétrica aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em cujos territórios se localizarem instalações destinadas à produção de energia elétrica, ou que tenha áreas invadidas por águas dos respectivos reservatórios, e a órgãos da administração direta da União.

k. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

l. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às

diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

m. Receitas de venda de energia elétrica

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos e dos eventuais descontos e contribuições incidentes sobre a mesma. A receita de venda de energia e serviços é reconhecida quando: (i) é provável que os benefícios econômicos associados às transações fluam para a Companhia; (ii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iii) os riscos e os benefícios relacionados à venda foram transferidos para o comprador; (iv) os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade; (v) e a Companhia não detém mais o controle e a responsabilidade sobre a energia vendida.

A receita compreende o valor pela venda de energia elétrica.

n. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros ativos decorrente de direitos da Companhia. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e custos de empréstimo e debêntures que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

o. Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. Espera-se que as seguintes normas não tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia no período de adoção inicial.

(i) Normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018

A Companhia é obrigada a adotar o CPC 47 Receita de Contratos com Clientes e CPC 48 Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia já efetuou uma avaliação preliminar dos impactos estimados em suas demonstrações financeiras, e com base na sua avaliação entende que não há impactos significativos. O impacto estimado da adoção dessas novas normas baseia-se em avaliações realizadas até a data de emissão destas demonstrações financeiras, sendo que os impactos reais da adoção das novas políticas contábeis estão sujeitas a alterações até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data de aplicação inicial.

CPC 47 – Receitas de Contratos com clientes

O CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada, substituindo as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas. O novo CPC estabelece os seguintes 5 passos para o reconhecimento de uma receita:

1. Identificar o contrato com o cliente
2. Identificar as obrigações de desempenho no contrato
3. Determinar o preço das transações
4. Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho
5. Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, toda energia produzida pela Companhia é vendida através de Power Purchase Agreement – PPA e de Contratos de Comercialização no Ambiente Regulado – CCEAR, assim como através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre – CCEAL. Todos os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Dessa forma, com base nas características dos contratos descritas acima, a Companhia entende que suas obrigações de desempenho são identificáveis, precificáveis e realizáveis mensalmente, o que leva a Companhia a entender que não haverá impactos significativos no reconhecimento da receita a partir da entrada em vigência do novo CPC.

CPC 48 - Instrumentos Financeiros

O CPC 48 Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Conforme descrito no item (b) desta nota explicativa, a Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros:

- Instrumentos financeiros não derivativos: Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e Empréstimos e recebíveis; e

- Passivos financeiros não derivativos: Outros passivos financeiros.

Adicionalmente, como descrito na nota explicativa nº 23, o risco de crédito é avaliado pela Companhia como baixo, devido ao histórico de pagamentos de seus clientes e por ser uma atividade regulada.

Dessa forma, com base na sua avaliação, a Companhia entende que os novos requerimentos de classificação e mensuração não terão um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

(ii) Normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2019

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16. Entretanto, a Companhia não efetuou a adoção antecipada.

(iii) Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28.
- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Transferências de Propriedade de Investimento (Alterações ao CPC 28 / IAS 40).
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.
- ICPC 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento.
- IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Os efeitos das revisões das estimativas são reconhecidos prospectivamente.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

5 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e bancos	133	26
Aplicações financeiras livres:		
Certificados de depósito bancário pós-fixado	<u>36.910</u>	<u>238.215</u>
Total de Caixa e equivalentes de caixa	<u>37.043</u>	<u>238.241</u>
Aplicações financeiras vinculadas - circulante:		
Certificados de depósito bancário pós-fixado	<u>24.066</u>	<u>-</u>
Aplicações financeiras vinculadas - não circulante:		
Certificados de depósito bancário pós-fixado - conta-reserva	<u>2.060</u>	<u>32.740</u>

Os Certificados de Depósito Bancário são remunerados à taxas que variam entre 96% a 101% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

Por força do Contrato de Financiamento firmado com o BNDES e seus Agentes Financeiros, para custeio das obras do Complexo CERAN, a Companhia devia manter saldo em conta específica remunerada mantida especialmente no Banco do Brasil S.A., denominada “conta reserva”, como garantia adicional para o pagamento da parcela de amortização, juros e encargos da dívida (serviço da dívida) e dos serviços de operação e manutenção das Usinas. O saldo corresponde a 3 (três) vezes a última prestação vencida do serviço da dívida e a 3 (três) meses dos gastos com a operação e manutenção. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo da “conta reserva” estava representado por aplicações financeiras em certificados de depósito bancário no Banco do Brasil, classificado no ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2017, por conta da liquidação do financiamento com o BNDES essa aplicação foi reclassificada para o ativo circulante.

6 Contas a receber de Concessionárias

	31/12/2017	31/12/2016
Companhia Paulista de Força e Luz	9.213	8.786
Companhia Piratininga de Força e Luz	4.479	4.544
Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT	285	296
CPFL Comercialização Brasil S.A.	8.038	7.557
Companhia Luz e Força Santa Cruz	18	18
Rio Grande Energia	5	4
Outros Clientes (Edital de Leilão nº. 002/2005-ANEEL e contratações no ambiente livre)	<u>10.119</u>	<u>10.450</u>
	<u>32.157</u>	<u>31.655</u>

O saldo de contas a receber de clientes da Companhia não apresenta atrasos.

A receita por fornecimento e suprimento de energia é determinada de acordo com os preços definidos em contrato.

Não são esperadas perdas sobre os recebíveis mantidos com partes relacionadas. O saldo de contas a receber contempla somente os valores a receber pela venda de energia elétrica, não considerando quaisquer acréscimos financeiros ou juros.

7 Impostos a recuperar

	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de Renda Retido na Fonte	9.124	5.928
PIS	78	61
COFINS	358	282
Contribuição Social Retida na Fonte	6	-
	<u>9.566</u>	<u>6.271</u>
Circulante	<u>9.566</u>	<u>6.271</u>
ICMS (a)	<u>2.808</u>	<u>2.808</u>
Não Circulante	<u>2.808</u>	<u>2.808</u>

- (a) A Companhia possui créditos fiscais de ICMS no valor de R\$ 3.292 que foram originados das operações de compra de equipamentos, apresentados no ativo não circulante líquidos da provisão para deságio no montante de R\$ 484. Esses créditos poderão ser realizados, após a homologação do Estado, através de transferências em favor de estabelecimentos fornecedores ou de concessionárias fornecedores de energia elétrica estabelecidos no Estado do Rio Grande do Sul, observados os limites do disposto no artigo nº. 59 do Regulamento do ICMS do Estado do Rio Grande do Sul.

8 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2017, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, estão apresentadas no quadro abaixo e foram realizadas em condições normais de mercado entre as partes para os respectivos tipos de operações.

A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2017 foi de R\$ 122 (R\$ 275 em 2016).

	Ativo	Resultado	
	Contas a receber de Concessionárias	Venda de energia	Despesas
Empresas do Grupo CPFL (*)	21.753	244.117	1.445
Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT	285	2.442	-
Central de Serviços Compartilhados S.A. (**)	-	-	1.756
Total em 31/12/2017	<u>22.038</u>	<u>246.559</u>	<u>3.201</u>
Empresas do Grupo CPFL (*)	20.909	229.158	1.406
Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT	296	2.269	-
Central de Serviços Compartilhados S.A. (**)	-	-	1.015
Total em 31/12/2016	<u>21.205</u>	<u>231.427</u>	<u>2.421</u>

(*) Companhia Paulista de Força e Luz; Companhia Piratininga de Força e Luz; CPFL Comercialização Brasil S.A.; Companhia Luz e Força Santa Cruz; Companhia Leste Paulista; Rio Grande Energia.

(**) Prestação de serviços contábeis, financeiros e administrativos.

9 Despesas pagas antecipadamente

	31/12/2017	31/12/2016
Prêmios de seguros	422	475
Repactuação do Risco Hidrológico	<u>7.234</u>	<u>7.234</u>
Circulante	<u>7.656</u>	<u>7.709</u>
Repactuação do Risco Hidrológico - Não Circulante	<u>10.852</u>	<u>18.086</u>

Repactuação do Risco Hidrológico

Em dezembro de 2015, a Companhia aderiu a repactuação do risco hidrológico, conforme condições estabelecidas na Lei nº. 13.203, de 8 de dezembro de 2015 e na Resolução Normativa Aneel nº. 684 de 11 de dezembro de 2015.

A repactuação do risco hidrológico se deu por meio da transferência do risco hidrológico ao consumidor mediante pagamento de prêmio de risco pelos geradores hídricos de R\$ 9,50/MWh até o final dos contratos de venda de energia. O pagamento deste prêmio e a transferência do GSF terão como destino a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias.

Para a parcela risco hidrológico relativa ao ACL, o risco será mitigado pela compra de Energia de Reserva, com os direitos e obrigações associados a esta aquisição assumido pelos geradores hídricos. Neste caso o aporte de prêmio de risco ao preço foi de 10,50/MWh e receita da energia adquirida será na Conta de Energia de Reserva (CONER).

Em decorrência da repactuação, o prêmio pago antecipadamente do GSF no exercício de 2015 foi de R\$ 9.218 e no período de janeiro a abril de 2016 foi de R\$ 38.394, contabilizado em Despesas Pagas Antecipadamente.

Os valores contabilizados serão ressarcidos líquido do prêmio em 54 parcelas a partir de janeiro de 2016. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui registrado no ativo despesas pagas antecipadamente a título de prêmio de risco hidrológico no montante de R\$ 18.086 (R\$ 7.234 no ativo circulante e R\$ 10.852 no ativo não circulante). O montante apropriado para o resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 7.234.

10 Imobilizado

	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Imobilizado em curso	Total
Em 1 de janeiro de 2016	<u>19.511</u>	<u>341.783</u>	<u>239.373</u>	<u>285.815</u>	<u>124</u>	<u>265</u>	<u>8.060</u>	<u>894.931</u>
Adições	-	171	-	189	-	-	-	360
Baixas (*)	-	-	-	(659)	(29)	-	(289)	(977)
Transferências	-	-	-	7.771	-	-	(7.771)	-
Depreciação	<u>(973)</u>	<u>(17.070)</u>	<u>(12.366)</u>	<u>(17.456)</u>	<u>(28)</u>	<u>(156)</u>	<u>-</u>	<u>(48.049)</u>
Em 31 de dezembro de 2016	<u>18.538</u>	<u>324.884</u>	<u>227.007</u>	<u>275.660</u>	<u>67</u>	<u>109</u>	<u>-</u>	<u>846.265</u>
Adições	-	-	-	-	-	-	2.025	2.025
Depreciação	(964)	(17.124)	(12.463)	(15.491)	(26)	(52)	-	(46.120)
Reclassificação	-	-	-	(2.437)	-	-	2.437	-
Transferências para serviço	-	276	60	817	71	7	(1.231)	-
Baixas (*)	-	-	-	-	-	-	(2.100)	(2.100)
Reclassificação para intangível (**)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(84)</u>	<u>(84)</u>
Em 31 de dezembro de 2017	<u>17.574</u>	<u>308.036</u>	<u>214.604</u>	<u>258.549</u>	<u>112</u>	<u>64</u>	<u>1.047</u>	<u>799.986</u>

(*) Material sobressalente de manutenção lançado ao resultado.

(**) Transferência para o ativo intangível (licenças).

O ativo imobilizado é analisado para verificar a existência de indicativos de *impairment*, no mínimo, anualmente, sendo que para 31 de dezembro de 2017, a administração não identificou a existência de indicativos sobre a necessidade de constituição de provisão.

Conforme artigos nº. 63 e 64 do Decreto nº. 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações são vinculados aos serviços de energia elétrica, e não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. A Resolução ANEEL nº. 20, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

11 Intangível

	Uso do Bem Público	Licenças de Uso de Softwares e Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	28.744	776	29.520
Adições	-	659	659
Amortização	(1.420)	(710)	(2.130)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	27.324	725	28.049
Adições	-	84	84
Amortização	(1.420)	(151)	(1.571)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	25.904	658	26.562

Os valores referentes ao Uso do Bem Público - UBP referem-se ao registro da obrigação mencionada nas notas explicativas 1 e 15 e são amortizados linearmente pelo período da concessão que se encerra em maio de 2036. O montante foi apurado no início do período de concessão considerando a obrigação até o final da concessão em contrapartida do passivo circulante e não circulante, descontada a valor presente pela taxa média de captação dos financiamentos. Os valores da amortização de UBP estão contabilizados no resultado em Despesas Operacionais.

12 Fornecedores

O saldo de fornecedores é composto pelos seguintes grupos:

	31/12/2017	31/12/2016
Compra de energia elétrica (Nota 20)	5.409	5.267
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão	1.977	1.729
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	-	1.113
Materiais e Serviços	1.011	1.446
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	77
Total	8.397	9.632

13 Financiamentos e empréstimos

	Indexador	Juros	31/12/2016
Moeda nacional:			
Financiamento direto BNDES	TJLP	5% a.a.	97.977
Financiamento direto BNDES	UMBNDDES	5% a.a.	26.752
Financiamento direto BNDES – suplementação	TJLP	3,69% a.a.	48.685
Financiamento mediante repasse de recursos do BNDES	TJLP	5% a.a.	79.606
Financiamento mediante repasse de recursos do BNDES	UMBNDDES	5% a.a.	21.657
Financiamento mediante repasse de recursos do BNDES – suplementação	TJLP	3,69% a.a.	40.217
			<u>314.894</u>
Parcela a amortizar classificada no passivo circulante			<u>60.162</u>
Passivo não circulante			<u>254.732</u>

Os empréstimos estão garantidos por penhor das ações da Companhia detidas pelos acionistas CPFL Geração de Energia S.A. e Statkraft Energias Renováveis S.A. e penhor dos direitos emergentes da concessão obtida pela Companhia para exploração do potencial energético das Usinas, compreendendo, entre outros, a energia elétrica a ser produzida e a receita decorrente dos contratos de compra e venda de energia, bem como os direitos utilizados para sua produção. Adicionalmente, constituiu-se como fiador desta operação a CPFL Energia S.A. As aplicações financeiras vinculadas também estão em garantias dos empréstimos, conforme Nota Explicativa nº 5.

Os contratos de financiamento possuem cláusulas que requerem que a Companhia mantenha durante o período de amortização do contrato, índice de cobertura do serviço da dívida de, no mínimo, 1,3 (um vírgula três). O coeficiente é calculado dividindo-se o valor do fluxo de caixa líquido das operações pelo valor do serviço da dívida, de acordo com parâmetros pré-estabelecidos contratualmente. Em 30/12/2014 o BNDES e os agentes financeiros repassadores autorizaram a alteração da metodologia de cálculo do índice de cobertura do serviço da dívida de apuração semestral para anual.

O financiamento foi liquidado entre os dias 20 e 21 de dezembro de 2017.

	Encargos	Principal	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>12.015</u>	<u>302.879</u>	<u>314.894</u>
Variação Cambial	1.925	-	1.925
Juros apropriados	28.756	-	28.756
Juros e variação cambial pagos	(42.696)	-	(42.696)
Amortização do Principal	<u>-</u>	<u>(302.879)</u>	<u>(302.879)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

14 Debêntures

	Encargos	Vencimento	31/12/2017
1ª série	107,75 da taxa DI	Dezembro de 2020	318.181
2ª série	107,75% da taxa DI	Dezembro de 2022	212.121
(-) Gastos com emissão			<u>(2.292)</u>
			<u>528.010</u>
Circulante			105.844
Não Circulante			422.166

Foi aprovada em AGE realizada em 27 de novembro de 2017 a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, no montante de R\$ 530.000, divididas em duas séries: sendo 318.000 debêntures da primeira série e 212.000 debêntures da segunda série. O vencimento das debêntures da primeira série ocorrerá em 15 de dezembro de 2020 e da segunda série em 15 de dezembro de 2022.

O referido contrato possui cláusulas restritivas, como segue:

- Manter o Índice Financeiro (Dívida Financeira Líquida/ EBITDA), verificado semestralmente, igual ou superior a 3,0 vezes, a partir das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2017. Será caracterizado como vencimento antecipado nos casos de não atingimento por 2 (duas) vezes consecutivas. Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia não atingiu este índice.

As debêntures serão remuneradas à taxa de 107,75% da variação da Taxa DI e o pagamento da remuneração será semestral, sendo o primeiro pagamento em 15 de junho de 2018.

A amortização do valor principal ocorrerá anualmente, em três parcelas anuais e consecutivas para a primeira série, com início em 15 de dezembro de 2018 e duas parcelas anuais e consecutivas e para a segunda série, com início em 15 de dezembro de 2021.

Os recursos oriundos das debêntures ingressaram no caixa da Companhia em 27 de dezembro de 2017.

Abaixo a movimentação das debêntures em 2017:

	Encargos	Principal	Total
Captação em 27 de dezembro de 2017	-	530.000	530.000
Encargos	302	-	302
Gastos com emissão	-	<u>(2.292)</u>	<u>(2.292)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>302</u>	<u>527.708</u>	<u>528.010</u>

15 Uso do bem público - UBP

	31/12/2017	31/12/2016
Parcela do Circulante	<u>10.965</u>	<u>10.857</u>
Parcela do Não Circulante	<u>83.766</u>	<u>86.623</u>

Compromisso com o Poder Concedente - Decorrente do direito de outorga fixo

Refere-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, determinado com base em valor fixo a ser pago ao Poder Concedente. O compromisso será pago em parcelas mensais e iguais até 2036, corrigidas monetariamente pela variação do IGP-M em fevereiro de cada ano (valor anual de R\$ 3.200 na base outubro/2000).

O cálculo do valor foi efetuado considerando-se a variação do IGP-M, e o ajuste a valor presente foi efetuado com base na taxa de desconto de 9,64%.

16 Impostos e contribuições a recolher

A composição dos tributos e contribuições sociais a recolher é como segue:

	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	31.586	1.445
Contribuição Social	8.266	1.043
COFINS	1.735	1.762
PIS	373	377
Encargos sociais	-	244
Impostos retidos de terceiros	<u>120</u>	<u>167</u>
Total	<u>42.080</u>	<u>5.038</u>

17 Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

Não há processos que configurem contingências prováveis, de acordo com a estimativa de perda da Administração da Companhia, que vem suportada pela avaliação constante dos relatórios dos consultores jurídicos da Companhia. No processo de análise das causas foi considerada a real configuração de contingência, avaliado o risco financeiro envolvido.

Perdas possíveis, não provisionadas

A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Tributária (a)	12.912	4.620
Cível (b)	69.863	55.665
Trabalhista	<u>6.898</u>	<u>2.000</u>
	<u>89.673</u>	<u>62.285</u>

- (a) Refere-se aos questionamentos dos pedidos de compensação (PER/DCOMP), apresentados à Secretaria da Receita Federal do Brasil, visando à compensação de débitos de PIS e COFINS de diversos períodos, em decorrência de alteração no regime de tributação do PIS e COFINS, anteriormente efetuado pela não cumulatividade, sendo passado para cumulatividade.
- (b) Refere-se principalmente a ação indenizatória de cobrança de diferenças de volumes de quantitativos relacionados à execução das obras civis na implantação da Companhia.

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de outubro de 2017, os acionistas da Companhia deliberaram pela redução do capital social em R\$ 350.875, passando o capital social totalmente subscrito e integralizado para R\$ 120.000 representado por 120.000 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal.

Com a redução o capital social passa a ter a seguinte composição:

	31/12/2017	31/12/2016
CPFL Geração de Energia S.A.	78.000	306.069
CEEE GT-RS Companhia Estadual de Geração de Energia	36.000	141.262
Statkraft Energias Renováveis S.A.	6.000	23.544
Total	<u>120.000</u>	<u>470.875</u>

O valor de R\$ 350.875, resultante da redução foi pago aos acionistas da Companhia em 27 de dezembro de 2017.

Reservas

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada encerramento de exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Com a redução do capital a reserva legal excedeu o capital em R\$ 4.897. Esse valor foi transferido para a Reserva de Lucros a disposição da AGO.

Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos no orçamento de capital.

Lucros a destinar

Refere-se à parcela do lucro excedente ao dividendo mínimo obrigatório à disposição da Assembleia. Quanto ao saldo desta reserva, na Assembleia Geral Ordinária realizada em 26 de abril de 2017, foi autorizado a distribuição de dividendos ou redução/liquidação do endividamento, quando a Companhia possuir caixa disponível durante o exercício de 2017 ou exercícios seguintes, mediante aprovação do conselho de administração. Em 27 de dezembro de 2017, o montante de R\$ 238.127 foi integralmente distribuído.

b. Dividendos

Aos acionistas será assegurada, anualmente, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	108.426	110.345
Constituição da reserva legal (5%)	<u>-</u>	<u>(5.517)</u>
Base de cálculo dos dividendos	<u>108.426</u>	<u>104.828</u>
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	<u><u>27.106</u></u>	<u><u>26.207</u></u>

19 Receita operacional líquida

A composição da receita operacional líquida é como segue:

	31/12/2017	31/12/2016
Receita operacional bruta		
Suprimento de energia elétrica	348.875	326.519
Outras receitas e rendas	<u>-</u>	<u>29</u>
Total de receita bruta	348.875	326.548
PIS	(4.116)	(3.836)
COFINS	(18.968)	(17.679)
Pesquisa e desenvolvimento	(3.159)	(2.925)
Taxa de Fiscalização	(920)	(929)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	<u>(6.393)</u>	<u>(9.107)</u>
Total de Deduções	<u>(33.556)</u>	<u>(34.476)</u>
Receita operacional líquida	<u><u>315.319</u></u>	<u><u>292.072</u></u>

20 Custo dos serviços de energia elétrica

	31/12/2017	31/12/2016
Custo de energia comprada (*)	(45.872)	(9.042)
Encargos setoriais - CUST	(21.520)	(19.723)
Pessoal	(6.782)	(5.526)
Material	(2.965)	(1.331)
Serviços de terceiros	(9.478)	(10.049)
Repactuação do risco hidrológico	(7.234)	(4.112)
Outros	(2.905)	(5.421)
Depreciação	(46.120)	(48.050)
Créditos de PIS e COFINS sobre depreciação	<u>2.479</u>	<u>2.114</u>
	<u><u>(140.397)</u></u>	<u><u>(101.140)</u></u>

A Companhia registrou compra de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R\$ 45.872 (R\$ 9.042 em 31 de dezembro de 2016), na rubrica custo com energia elétrica comprada. Em 31 de dezembro de 2017 ficou registrado na rubrica fornecedores o montante de R\$ 5.409 (R\$ 5.267 em 2016) referente as compras a serem liquidadas em janeiro e fevereiro de 2018.

Em 2017, para minimizar os impactos da alta do GSF e PLD, decorrentes da redução de geração hidrelétrica, a Companhia teve com estratégia adquirir energia no mercado. A redução da geração hidrelétrica decorreu da falta de chuvas e consequente acúmulo de água nos reservatórios. Com isso houve um aumento da geração térmica, encarecendo o PLD.

21 Resultado financeiro

	31/12/2017	31/12/2016
Despesas financeiras		
Juros	(29.058)	(36.485)
Variações monetárias de empréstimos	(6.553)	8.062
Encargos sobre Uso do Bem Público - UBP	(8.048)	(14.950)
Repactuação do risco hidrológico	-	(4.112)
Outros	(1.172)	(1.211)
	<u>(44.831)</u>	<u>(48.696)</u>
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	29.047	26.814
Variações monetárias de empréstimos	4.629	-
Outros	821	1.969
	<u>34.497</u>	<u>28.783</u>
	<u>(10.334)</u>	<u>(19.913)</u>

22 Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	162.525	165.941
Alíquota nominal (IR de 25% e CS de 9%)	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social a alíquotas nominais	55.259	56.420
Efeito dos impostos sobre:		
Despesas não dedutíveis	599	583
Parcela isenta do adicional de imposto de renda	(24)	-
Incentivo a Projetos Sociais	(1.735)	(1.455)
PAT	-	-
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	<u>-</u>	<u>48</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>54.099</u>	<u>55.596</u>
Corrente	<u>(54.099)</u>	<u>(53.140)</u>
Diferido	<u>-</u>	<u>(2.456)</u>
Alíquota efetiva	<u>33%</u>	<u>32%</u>

23 Gestão de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos

termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e os impactos.

23.1 Fatores de risco financeiro

a. Risco de mercado

(i) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Para mitigar esse risco, as aplicações financeiras contratadas são valorizadas com base na variação do CDI e os contratos de debêntures são de longo prazo contratados com instituições financeiras, com encargos calculados de acordo com as condições usuais praticadas.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

Instrumentos de taxa variável	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016
Aplicações financeiras (nota 5)	36.910	238.215
Aplicações financeiras vinculadas (nota 5)	26.126	32.740
Empréstimos e Financiamentos (nota 13)	-	314.894
Debêntures (nota 14)	530.302	-
Uso do Bem Público (UBP) (nota 15)	97.731	97.480

Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia, para fins de referência, nos termos do CPC 40 (R1), preparou uma análise de sensibilidade sobre aplicações financeiras, debêntures e uso do bem público sujeitos a riscos de variação nas taxas de juros.

O cenário-base provável para 31 de dezembro de 2018 foi definido através de premissas disponíveis no mercado (fonte: Relatório Focus - Banco Central do Brasil) e o cálculo da sensibilidade foi feito considerando a variação entre as taxas e os índices do cenário previstos para 31 de dezembro de 2017. A análise de sensibilidade considerou ainda uma variação de 25% e 50% sobre os índices flutuantes considerada no cenário provável.

	Exposição R\$	Risco	Provável	Possível (+/- 25%)	Remoto (+/- 50%)
Aplicações financeiras (nota 5)	36.910	Baixa CDI	(2.539)	(1.905)	(1.270)
Aplicações financeiras vinculadas (nota 5)	26.126	Baixa CDI	(1.797)	(1.348)	(899)
Debêntures (nota 14)	(530.302)	Alta CDI	(27.364)	(45.606)	(54.727)
Uso do Bem Público (UBP) (nota 15)	(94.731)	Alta IGPM	(4.263)	(5.329)	(6.394)

(ii) Risco de preço no fornecimento de energia

A Companhia está exposta aos efeitos de oscilação de preços no fornecimento de energia em função de variáveis de mercado, tais como níveis de águas nos reservatórios, demanda por geração de termelétricas, sazonalização, dentre outros. Com isso, a Companhia pode recorrer ao mercado de energia de curto prazo para suprir as necessidades.

b. Risco de crédito

Conforme descrito na Nota 6, a Companhia não espera perdas sobre os recebíveis mantidos com partes relacionadas. Em relação às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras consideradas de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	37.043	238.241
Contas a receber de concessionárias (nota 6)	32.157	31.655
Aplicações financeiras vinculadas (nota 5)	26.126	32.740
	95.326	302.636

A Companhia não possui risco de crédito por região geográfica, pois todos os seus clientes estão localizados no Brasil. Também não possui risco de crédito por tipo de contra parte, pois os principais clientes são acionistas e suas atividades são reguladas. As aplicações financeiras são efetivadas apenas em bancos considerados de baixo risco.

c. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, estão os vencimentos contratuais dos principais passivos financeiros:

Passivos financeiros não derivativos	Valor contábil	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais de 5 anos
Debêntures (nota 15)	528.010	-	105.844	211.688	210.478	-
Fornecedores (nota 13)	8.397	8.397	-	-	-	-
Uso do Bem Público (UBP)	94.731	5.482	5.483	9.665	14.497	59.604
	631.138	13.879	111.327	221.353	224.975	59.604

23.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado

através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro 2017 e 31 de dezembro de 2016 podem ser assim sumarizados:

	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016
Total dos empréstimos e debêntures (Notas 14 e 15)	528.010	314.894
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 8)	<u>(37.043)</u>	<u>(238.241)</u>
Dívida líquida	<u>490.967</u>	<u>76.653</u>
Total do patrimônio líquido	<u>245.804</u>	<u>753.486</u>
Total do capital	<u><u>736.771</u></u>	<u><u>830.139</u></u>
Índice de alavancagem financeira - %	67	9

A aumento do índice de alavancagem financeira em 31 de dezembro 2017 foi decorrente, da emissão de debêntures no período.

Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos de aplicações financeiras restritas estejam próximos de seus valores justos.

Os instrumentos financeiros avaliados ao valor justo são as aplicações financeiras vinculadas que totalizavam R\$ 26.126 em 31 de dezembro 2017 (31 de dezembro de 2016 - R\$ 32.740) que foram avaliadas como instrumentos financeiros no nível 2, detalhados a seguir:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

24 Instrumentos financeiros por categoria

31 de dezembro 2017			
	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Total
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	133	36.910	37.043
Contas a receber de concessionárias (nota 6)	32.157	-	32.157
Aplicações financeiras vinculadas (nota 5)	-	26.126	26.126
	<u>32.290</u>	<u>63.036</u>	<u>95.326</u>
		Outros passivos financeiros	Total
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Debêntures (nota 14)		528.010	528.010
Uso do Bem Público (UBP) (nota 15)		94.731	94.731
Fornecedores (nota 12)		8.397	8.397
Dividendos (nota 18b)		27.106	41.304
		<u>658.244</u>	<u>658.244</u>
31 de dezembro 2016			
	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Total
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	26	238.215	238.241
Contas a receber de concessionárias (nota 6)	31.655	-	31.655
Aplicações financeiras vinculadas (nota 5)	-	32.740	32.740
	<u>31.681</u>	<u>270.955</u>	<u>302.636</u>
		Outros passivos financeiros	Total
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos e financiamentos (nota 13)		314.894	314.894
Uso do Bem Público (UBP) (nota 15)		97.480	97.480
Fornecedores (nota 12)		9.632	9.632
		<u>422.006</u>	<u>422.006</u>